

EUGÊNIO PACELLI
ANDRÉ CALLEGARI

MANUAL DE DIREITO PENAL

Parte Geral

6ª edição
*revista, atualizada
e reformulada*



atlas

SUMÁRIO

TÍTULO I – FUNDAMENTOS.....	1
I O Direito Penal no Estado de Direito.....	3
I Direito e Direito Penal	3
1 Considerações introdutórias	3
2 Positivismo e Direito Penal	6
II Direito Penal e Estado de Direito.....	8
III As bases para a interpretação do Direito Penal.....	12
1 A vinculação constitucional	12
2 Proporcionalidade e sua dupla face	13
IV A dogmática penal	16
II Funções e justificações do Direito Penal	21
I Funções do Direito Penal e o bem jurídico.....	21
1 Funções da pena e funções do Direito Penal	21
2 O bem jurídico como objeto de proteção	23
3 Conceito e funções	24
4 Para além e/ou no entorno do bem jurídico	29
5 Evolução e síntese	32

II	Teorias da pena	34
1	Teorias retributivas	36
1.1	Considerações críticas	38
2	Teoria da expiação	41
3	Teorias preventivas	42
3.1	Teoria da união dialética, em Claus Roxin	43
3.2	A concepção de Günther Jakobs	44
3.3	Síntese crítica e a legislação nacional	47
4	As teorias que desconstroem a legitimidade da pena	49
5	As medidas de segurança	50
III	Balizamentos metodológicos	53
I	Sistemas penais	53
1	A importância do sistema na dogmática penal	53
1.1	Considerações iniciais	53
1.2	A construção e a necessidade do sistema jurídico	55
2	Sistemas penais	57
2.1	O sistema clássico ou causal: Von Liszt e Beling	57
2.2	O sistema neoclássico (ainda da ação causal) e o neokantismo	59
2.3	O sistema da ação final de Hans Welzel	61
2.4	O funcionalismo	63
2.4.1	Antecedentes e referências gerais	63
2.4.2	O funcionalismo penal	65
2.4.3	O sistema funcional teleológico de Roxin	66
2.4.4	O modelo sistêmico de Jakobs e também seu Direito penal do inimigo	68
2.4.5	Direito penal de velocidades?	71
3	Considerações conclusivas	73
IV	A estruturação dos princípios	81
I	Princípios/postulados fundamentais	81
1	A intervenção mínima: o caráter fragmentário e subsidiário da ilicitude penal	81
2	Lesividade/ofensividade e bem jurídico: princípio geral	83
2.1	A potencialidade lesiva (concreta) da conduta	85
3	O princípio da insignificância	87
4	O princípio da legalidade e a reserva legal	91
4.1	A proibição de analogia <i>in malam partem</i>	93
5	A irretroatividade da lei penal	94

6	Legalidade estrita e taxatividade.....	95
7	Princípio da legalidade e Medidas Provisórias	97
8	Princípio da dignidade humana	98
9	Princípio da responsabilidade pessoal	99
TÍTULO II – AS LEIS E AS NORMAS PENAIS: ESTRUTURA E APLICAÇÃO		101
V	As normas penais	103
I	As normas, as leis e o Direito: breves apontamentos.....	103
1	As normas incriminadoras e seu caráter subsidiário.....	104
2	Normas penais não incriminadoras	108
3	Normas (ou leis?) penais em branco	108
4	Fontes para o Direito Penal: costumes, isonomia e decisões judiciais....	113
5	Concurso aparente de normas, de tipos ou de crimes.....	118
VI	Interpretação e aplicação.....	119
I	A interpretação e o intérprete.....	119
II	A proibição do excesso e o Direito Penal.....	121
III	A máxima efetividade na proteção dos direitos e Direito Penal	124
IV	A analogia em matéria penal	127
VII	Leis Penais no tempo.....	131
I	Vigência, validade e eficácia.....	133
II	Irretroatividade e retroatividade da lei penal	136
1	Aplicação parcial de leis no tempo.....	137
2	Leis de natureza mista (penais e processuais) no tempo.....	140
III	A <i>abolitio criminis</i>	142
1	Retroatividade benéfica da jurisprudência.....	143
IV	Leis temporárias e leis excepcionais: a ultratividade	144
V	<i>Vacatio legis</i>	146
VI	Revogações/alterações parciais e a unidade do sistema	146
VII	O tempo do crime	150
VIII	Os prazos no Direito Penal	151
VIII	Leis penais no espaço.....	153
I	Lugar do crime.....	153
II	Territorialidade.....	154
III	Imunidades e inviolabilidades diplomáticas e consulares	156
IV	Imunidades materiais e imunidades processuais.....	157
1	Condenação criminal de agentes políticos: suspensão dos direitos políticos e perda do cargo.....	160

V	A extraterritorialidade	160
1	Princípios gerais.....	161
2	Extraterritorialidade incondicionada	163
3	Extraterritorialidade condicionada	165
VI	Pena cumprida no estrangeiro.....	167
VII	Extradição	168
VIII	Tribunal Penal Internacional	172
TÍTULO III – TEORIA DO DELITO		175
IX	O conceito de crime	177
I	Princípio do <i>ne bis in idem</i>	179
II	Conceito de crime	180
1	Conceito formal	180
2	Conceito material	181
3	Conceito analítico ou dogmático.....	181
III	Definições importantes	182
1	Título do delito	182
2	Tipo penal.....	182
3	Bem jurídico.....	183
IV	Classificação das infrações penais.....	185
1	Crime e contravenção	185
2	Classificação doutrinária	186
2.1	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	186
2.2	Crimes comuns, especiais (próprios e impróprios) e de mão-própria	187
2.3	Crimes materiais, formais e de mera conduta ou atividade	188
2.4	Crimes instantâneos, instantâneos de efeitos permanentes e permanentes	189
2.5	Crimes comissivos, omissivos próprios (ou puros) e omissivos impróprios (ou comissivos por omissão).....	191
2.6	Crimes de dano e de perigo	192
2.7	Crime exaurido	194
2.8	Crimes simples e complexos	194
2.9	Crimes qualificados e privilegiados.....	195
2.10	Crimes progressivos e progressão criminosa	195
2.11	Crime doloso, culposo e preterdoloso	196
2.12	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	197
2.13	Crime habitual.....	197
2.14	Crimes uniofensivos e pluriofensivos	197

V	Os requisitos do fato punível	198
1	Conduta	198
2	Tipicidade	198
3	Antijuridicidade	199
4	Culpabilidade	199
VI	Da conduta	200
1	Considerações gerais	200
2	Teorias da ação	200
2.1	Teoria causal da ação	200
2.2	Teoria finalista da ação	202
2.3	Teoria social da ação	203
3	Formas de conduta	205
3.1	Comissiva	205
3.2	Omissiva	205
3.2.1	Omissiva própria	205
3.2.2	Omissiva imprópria ou comissiva por omissão	206
4	Da ausência de conduta	207
5	A responsabilidade penal da pessoa jurídica	207
5.1	Introdução	207
5.2	Culpabilidade da pessoa jurídica	210
5.3	Dolo e culpa	211
5.4	Aplicação da pena	211
5.5	Direito brasileiro	212
VII	Da relação de causalidade	213
1	Da conduta, do resultado e do nexa causal	213
2	Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou da equivalência das condições (<i>conditio sine qua non</i>)	215
2.1	Concausas	217
2.1.1	Causas absolutamente independentes em relação à conduta do sujeito	217
2.1.2	Causas relativamente independentes em relação à conduta do sujeito	218
3	Causalidade e omissão própria	219
4	Causalidade e omissão imprópria	219
5	Crime comissivo de resultado e a teoria da imputação objetiva do resultado	221
6	Teoria da causalidade adequada	222
VIII	Considerações sobre a teoria da imputação objetiva	223
1	Material de casos	224
2	Evolução e alcance da teoria da imputação objetiva	226

	2.1	Fórmula	226
	2.2	Evolução	226
	2.3	Interrogantes.....	227
3		Linhas básicas da teoria da imputação objetiva.....	228
	3.1	Exposição	228
	3.2	Imputação do comportamento	229
	3.3	A imputação objetiva do resultado.....	238
4		Algumas conclusões	243
IX		Tipo e tipicidade.....	244
	1	Considerações iniciais.....	244
	2	Distinções importantes	245
	2.1	Tipo e tipicidade	245
	2.2	Tipo legal e tipo de injusto.....	246
	2.3	Tipicidade e antijuridicidade ou ilicitude	246
	2.4	Tipicidade conglobante	247
	3	Funções do tipo.....	247
	4	Elementos do tipo.....	249
	4.1	Objetivos	249
	4.2	Subjetivos	249
	5	Formas de adequação típica	250
	6	Causas excludentes de tipicidade.....	250
	6.1	Princípio da adequação social.....	250
	6.2	Princípio da insignificância	251
X		Do dolo	253
	1	Considerações iniciais.....	253
	2	Elementos do dolo.....	253
	2.1	Elemento intelectual	254
	2.2	Elemento volitivo	254
	3	Teorias do dolo.....	254
	3.1	Teoria do consentimento ou da aprovação.....	254
	3.2	Teoria do assentimento	255
	3.3	Teoria do conhecimento	255
	3.3.1	Teoria da representação	256
	3.3.2	Teoria da probabilidade	256
	4	Espécies de dolo.....	256
	4.1	Dolo direto.....	256
	4.1.1	Dolo direto de segundo grau.....	257
	4.2	Dolo eventual	258
	4.3	Preterdolo.....	259
	5	Dolo e pena.....	259

XI	Da culpa.....	259
1	Considerações iniciais.....	259
2	Espécies.....	263
2.1	Culpa consciente.....	263
2.2	Culpa inconsciente.....	264
3	Formas de manifestação.....	265
3.1	Imprudência.....	265
3.2	Negligência.....	265
3.3	Imperícia.....	265
4	O crime culposo e o princípio da confiança no Direito Penal.....	265
5	Observações finais.....	268
XII	A tentativa.....	269
1	O <i>iter criminis</i> ou também denominado caminho do crime.....	269
2	Teorias sobre o início da execução. Considerações.....	271
2.1	Teoria formal-objetiva.....	271
2.2	Teoria objetivo-material.....	272
2.3	Teoria objetivo-subjetiva.....	272
3	Teorias sobre a punibilidade da tentativa.....	274
3.1	Teoria objetiva.....	274
3.2	Teoria subjetiva.....	274
3.3	Teoria subjetivo-objetiva ou teoria da impressão.....	274
4	Elementos da tentativa.....	275
5	Tentativa imperfeita ou inacabada, tentativa acabada, perfeita ou crime falho e tentativa cruenta e incruenta.....	275
5.1	Tentativa inacabada ou imperfeita.....	275
5.2	Tentativa acabada, perfeita ou crime falho.....	276
5.3	Tentativa cruenta e tentativa incruenta.....	276
6	Considerações sobre alguns crimes que não admitem tentativa.....	276
6.1	Crimes culposos.....	276
6.2	Crimes preterdolosos.....	278
6.3	Crimes unissubsistentes.....	278
6.4	Crimes omissivos puros.....	278
6.5	Tentativa no crime complexo. Roubo próprio e impróprio	278
7	O crime impossível no Código Penal brasileiro – art. 17.....	280
7.1	Teorias.....	283
XIII	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	285
1	Introdução.....	285
2	Desistência voluntária.....	286
3	Voluntariedade da desistência.....	287

4	Consequências da desistência voluntária	287
5	Arrependimento eficaz	288
6	Consequências do arrependimento eficaz.....	288
7	Os institutos em estudo são hipóteses de atipicidade ou causas inominadas de extinção da punibilidade?	289
8	Pontos em comum e diferenças entre tentativa, desistência e arrependimento eficaz	289
9	Arrependimento posterior – art. 16, CP.....	290
10	Requisitos.....	290
XIV	Erro de tipo	291
1	Introdução e conceito – art. 20, CP.....	291
2	Formas de erro. Erro de tipo essencial e erro de tipo acidental	292
3	Erro de tipo nas leis penais em branco	293
4	Descriminantes putativas – art. 20, § 1º, CP	294
5	Erro provocado por terceiro – art. 20, § 2º, CP	295
6	Erro acidental.....	296
7	Erro sobre objeto – <i>error in objecto</i>	296
8	Erro sobre pessoa – <i>error in persona</i>	296
9	Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	297
10	Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i>	298
XV	Antijuridicidade	298
1	Antijuridicidade e injusto.....	299
2	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	300
3	Estado de necessidade.....	301
3.1	Conceito	301
3.2	Requisitos do estado de necessidade	302
3.3	Estado de necessidade defensivo e estado de necessidade agressivo	306
XVI	Legítima defesa	307
1	Agressão (atual ou iminente) injusta	308
1.1	Direito próprio ou alheio	311
1.2	Utilização moderada dos meios necessários	312
1.3	Consciência da situação justificante (elemento subjetivo)	315
XVII	Estrito cumprimento do dever legal	316
1	Exercício regular do direito.....	317
2	Intervenções médicas e cirúrgicas.....	318
3	Violência esportiva	319
4	Ofendículos	319
5	Consentimento do ofendido	319

6	Causas justas, supralegais?.....	320
XVIII	Culpabilidade.....	322
1	Conceito.....	322
2	Teorias da culpabilidade	323
2.1	Concepção psicológica da culpabilidade	323
2.1.1	Críticas	324
2.2	Concepção normativa da culpabilidade	325
2.3	Concepção normativa pura da culpabilidade – o finalismo ...	326
3	Elementos da culpabilidade	327
3.1	Imputabilidade	327
3.1.1	Conceito de imputabilidade.....	328
3.1.2	Causas de exclusão da imputabilidade.....	328
3.1.3	Critérios ou sistemas de aferição da inimputabilidade.....	328
3.1.4	Incapacidade de culpabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	329
3.1.5	Capacidade de culpabilidade diminuída. Semi-imputabilidade	329
3.1.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade	330
3.2	Menoridade – os menores de 18 anos são inimputáveis – art. 27, CP	330
3.3	Embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior.....	331
3.3.1	Conceito.....	331
3.3.2	Fases da embriaguez.....	331
3.3.3	Divisão da embriaguez.....	331
3.3.4	Requisitos para que se verifique a inimputabilidade na embriaguez acidental	332
3.3.5	Requisitos para que se verifique a redução de pena na embriaguez acidental	332
3.4	<i>Actio libera in causa</i> – (ação livre na causa)	333
3.4.1	Explicação.....	333
3.5	Potencial consciência da ilicitude e erro de proibição – art. 21, CP.....	333
3.5.1	Erro e desconhecimento da lei.....	334
3.5.2	Erro de proibição direto e erro de proibição indireto....	334
3.5.3	Consequências do erro de proibição. Erro de proibição inevitável e erro de proibição evitável	335
3.5.4	Descriminantes putativas	336
3.6	Inexigibilidade de conduta diversa.....	336

3.6.1	Causas de exclusão de exigibilidade de conduta diversa ou causas de inexigibilidade de conduta diversa.....	338
3.6.2	Coação moral irresistível.....	338
3.6.3	Obediência hierárquica.....	339
XIX	Concurso de pessoas.....	340
1	Introdução.....	340
2	Autoria. Teorias e conceito de autor.....	340
2.1	Conceito unitário de autor.....	340
2.2	Conceito restritivo de autor.....	340
2.3	Teoria objetivo-formal.....	341
2.4	Teoria objetivo-material.....	341
2.5	Conceito extensivo de autor e a teoria subjetiva da participação ...	342
2.6	Teoria do domínio do fato ou objetivo-subjetiva	342
3	Coautoria	344
3.1	Teoria do domínio do fato na coautoria e abrangência maior de condutas.....	344
3.1.1	O organizador	345
3.1.2	O que subjuga a vítima	345
3.1.3	O motorista	346
4	Autoria mediata	346
5	Participação e teorias	348
5.1	Teoria da acessoriedade máxima	349
5.2	Teoria da acessoriedade mínima.....	349
5.3	Teoria da acessoriedade limitada.....	349
5.3.1	Espécies de participação.....	350
5.3.2	Instigação.....	350
5.3.3	Cumplicidade ou auxílio	350
6	Autoria, participação e delito culposos	351
7	Autoria e participação nos delitos omissivos.....	352
7.1	Autoria colateral.....	354
8	Teorias	354
8.1	Monística ou unitária	354
8.2	Dualística	355
8.3	Pluralística	355
9	Requisitos do concurso de pessoas	355
9.1	Pluralidade de condutas.....	356
9.2	Relevância causal das condutas.....	356
9.3	Liame subjetivo ou vínculo psicológico entre os participantes....	356
9.4	Identidade de infração.....	356
10	Cooperação dolosamente distinta	357

11	Participação de menor importância.....	358
12	Participação impunível	358
13	Circunstâncias incomunicáveis – art. 30, CP.....	358
13.1	Circunstâncias objetivas.....	359
13.2	Circunstâncias subjetivas	359
13.3	Circunstâncias comunicáveis – elementares do crime	359
14	Participação e arrependimento.....	360
15	Autoria e participação nos delitos especiais – a comunicabilidade das circunstâncias elementares do art. 30 do Código Penal	361
15.1	Colocação do problema	361
15.2	Delitos especiais próprios e impróprios.....	362
15.3	Delitos especiais como delitos de infração de dever. Classificação de Roxin	362
15.4	A coautoria nos delitos de infração de dever	364
15.5	Autoria mediata nos delitos de infração de dever	366
15.5.1	Utilização de um instrumento não qualificado que obra dolosamente	367
16	Conclusão	368
16.1	Homicídio e lesões culposas do Código de Trânsito como delitos de mão-própria	369
X	Do concurso de crimes	375
I	Notas introdutórias	375
II	Unidade e pluralidade de ações.....	376
III	O concurso material (ou real)	378
IV	O concurso formal (ou ideal)	381
V	O crime continuado	384
1	Classificações e definições conceituais.....	385
2	Os critérios objetivos do <i>caput</i> do art. 70, CP.....	389
2.1	Crimes da mesma espécie.....	390
2.2	As condições de espaço, tempo e meios de execução	391
2.3	Outras condições semelhantes	391
3	Crime continuado, violência e grave ameaça: continuidade qualificada ou específica e bens personalíssimos	392
4	Crimes culposos.....	394
5	Lei nova e crime continuado.....	394
6	Aplicação da pena e prescrição	395
XI	O concurso aparente de normas	397
I	Introdução.....	397
1	A especialidade	400

2	A subsidiariedade	401
3	A consunção	403
4	Considerações finais.....	407

TÍTULO IV – DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME..... 411

XII Política criminal e a pena pública..... 413

I	De passagem pelos modelos de política criminal	413
1	Breve retrospectiva histórica	413
1.1	Teoria das janelas partidas (quebradas) e tolerância zero	417
2	Considerações gerais	420
II	O sistema penal brasileiro	424
III	Revisitando a pena pública	428
1	Apontamentos	428
2	Funções e teorias legitimadoras da pena	431
IV	Das espécies de pena.....	435
1	Da pena privativa da liberdade (ver alterações trazidas pela Lei 13.964/19, art. 50 e art. 52 da LEP, e novos prazos de progressão de regime).....	436
1.1	Pena de reclusão, de detenção e prisão simples	436
1.2	O regime fechado	440
1.3	O regime semiaberto	441
1.4	O regime aberto	443
1.5	Direitos do preso	445
1.6	Da detração.....	446
2	Das penas restritivas de direito	448
2.1	Considerações gerais e introdutórias	449
2.2	Da prestação pecuniária (art. 43, I, CP).....	452
2.3	Da perda de bens e valores (art. 43, II, CP).....	453
2.4	Da prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 43, IV, CP)	454
2.5	Interdição temporária de direitos (art. 43, V, CP)	455
2.6	Da limitação de fim de semana	456
3	Da pena de multa.....	456
V	Aplicação da pena	459
VI	Da sua individualização.....	459
1	Considerações gerais.....	459
2	A cominação da pena, as qualificadoras, e limites máximos e mínimos....	461
3	Fixação da pena, o pedido e o contraditório.....	463
VII	A dosimetria da pena: o método trifásico.....	465

1	O cálculo da pena	465
2	A primeira fase: a pena-base e as circunstâncias judiciais	466
3	Segunda fase: circunstâncias atenuantes e agravantes	473
3.1	Circunstâncias agravantes.....	476
3.2	Circunstâncias atenuantes	479
4	Terceira fase: causas de aumento e causas de diminuição.....	481
5	Limite máximo e unificação da pena	481
6	O concurso de crimes	484
6.1	Concurso material (ou real)	487
6.2	Concurso formal (ou ideal)	489
6.3	Crime continuado.....	490
7	<i>Aberratio ictus</i> ou erro na execução	491
8	Resultado diverso do pretendido.....	493
9	Outros efeitos da condenação.....	493
9.1	Efeitos não penais genéricos (comuns a toda condenação)	494
9.2	A Lei 13.964/2019 e a gravidade abstrata do crime.....	496
9.3	Efeitos não penais específicos (para determinados crimes)	497
9.3.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	497
9.3.2	Demais hipóteses do art. 92, II e III, CP.....	502
9.4	A necessidade de decisão expressa	502
VIII	Da suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	502
1	A suspensão (<i>sursis</i>) e a substituição da pena privativa da liberdade..	503
2	Natureza jurídica?.....	505
3	Pluralidade de classificações do <i>sursis</i>	506
4	Revogação do <i>sursis</i>	507
5	Prorrogação	507
IX	Do livramento condicional	508
1	Livramento e execução da pena: cabimento	509
2	Natureza jurídica do livramento condicional?	511
3	Revogação.....	511
X	Da reabilitação	512
XI	Da transação penal	513
XII	Da suspensão condicional do processo	518
XIII	Alterações da Lei 13.964/2019 na Execução Penal	522
TÍTULO V – DA PERSECUÇÃO PENAL: A PUNIBILIDADE E SUA EXTINÇÃO ...		525
XIII	Da ação penal.....	527
I	Ação penal condenatória e a transação penal.....	527
II	A pretensão punitiva e o conteúdo do processo.....	530

III	Ação penal pública e ação penal privada: indisponibilidade e disponibilidade.....	532
1	Ação penal pública	533
2	Ação penal privada.....	537
3	Ação penal (privada?) subsidiária da pública	540
XIV	Da extinção da punibilidade	541
I	Considerações gerais.....	541
II	Fatos extintivos da punibilidade.....	543
1	Pela morte do agente	544
2	Pela anistia, graça ou indulto	544
2.1	Anistia	544
2.2	Graça.....	547
2.3	Indulto	549
3	Pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso (<i>abolitio criminis</i>)	550
4	Pela prescrição, decadência ou perempção	551
4.1	Prescrição.....	551
4.1.1	A prescrição: conceito e fundamentos.....	551
4.1.2	Pretensão punitiva e pretensão executória.....	553
4.1.3	Prescrição pela pena em concreto e pela pena em abstrato.....	554
4.1.4	Prescrição antes do trânsito em julgado e prescrição intercorrente	555
4.1.5	Prescrição após o trânsito em julgado	556
4.1.6	Prescrição retroativa e prescrição superveniente	559
4.1.7	Prescrição em perspectiva e interesse de agir	561
4.1.8	Cômputo e contagem dos prazos prescricionais	562
4.1.8.1	Regras gerais.....	563
4.1.8.2	Crimes contra a dignidade sexual de menores	564
4.1.8.3	Crimes permanentes, crimes instantâneos de efeitos permanentes, crimes continuados e crimes habituais, concurso material e formal de delitos	569
4.1.8.4	No trânsito em julgado	572
4.1.9	Redução do prazo prescricional	578
4.1.10	Interrupção, causas impeditivas e suspensão da prescrição.....	581
4.1.10.1	Causas impeditivas	581
4.1.10.2	Interrupção da prescrição	582
4.1.10.3	Suspensão da prescrição	595
4.1.10.4	Imprescritibilidade	599

4.1.10.5	Outras questões.....	600
4.2	A decadência.....	603
4.3	A perempção.....	606
5	Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada	608
6	Pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite.....	609
7	Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei	612
8	Outras hipóteses de extinção da punibilidade	614
Referências.....		619